

Com Luiz Carlos Toledo

Trajetória e acaso

o arquiteto que subiu a Rocinha



Luiz Carlos Toledo é arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966), tem mestrado (2002) e doutorado (2008) em teoria da arquitetura pela mesma instituição. Atuante na área do urbanismo e da habitação de interesse social, participou de etapas históricas do planejamento urbano no Brasil e atuou junto de outros profissionais de extrema importância na construção das cidades modernas brasileiras. É reconhecido pela sua dedicação em projetos de arquitetura e urbanismo, também pela generosidade com as pessoas. Hoje, Toledo acumula em seu currículo a passagem por diversos projetos significativos e de impacto social, confirmando sua trajetória e o acaso que o levou a ter um olhar sensível refletido em sua produção técnica e acadêmica. Nesta entrevista, ele fala sobre essa sua trajetória, desde a influência do pai, também arquiteto, passando por sua vasta experiência profissional no planejamento urbano e na arquitetura, até a última de suas aventuras, a criação da Casa de Estudos Urbanos. Além do registro dessa longa e riquíssima trajetória, destaca-se nesta entrevista um va-

lioso relato sobre sua atuação na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Fernanda Petrus (FP): O senhor pode falar um pouco sobre sua trajetória e como apareceu o interesse pelos estudos e projetos urbanos? E a Rocinha, como se deu a sua aproximação e o que despertou o seu interesse em trabalhar em favelas?

Luiz Carlos Toledo (LCT): Para começar a falar sobre essa trajetória, vou ter que falar primeiro no acaso. A minha trajetória, como acho que a de todo mundo, deve-se muito ao acaso. Foi o acaso que me fez nascer em uma família de classe média alta, com um pai, Aldary Toledo, arquiteto e pintor muito ligado às belas-artes, às artes em geral. Aos quatro anos de idade eu morava na rua Guaicurus, no Rio Comprido; morávamos numa casa grande que tinha uma edícula que era o ateliê de papai. Nesse ateliê se juntavam todos os intelectuais da época, tanto da pintura, como Di Cavalcanti, Portinari, [Carlos] Scliar, como outros profissionais das artes: escultores, como Mário Pedrosa, e músicos, como Villa-Lobos,

Fernanda Petrus

possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (2015) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em Urbanismo (2019) pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo (Prourb/ UFRJ). Integra o grupo de pesquisa Direito à Cidade e Habitação da Rede Observatório das Metrópoles.

fernandapetrus@gmail.com

Thais Velasco

é arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP (2008). É mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (2018). É editora da e-metropolis e integra o grupo de pesquisa Habitação e Cidade da Rede Observatório das Metrópoles.

thaisvelasco.arq@gmail.com

e, ao mesmo tempo, Ataulfo Alves, que era irmão de uma das empregadas, da Luiza. Então, era um lugar em que surgiam ideias. A nata da sociedade, da intelectualidade e do samba, na época, estava presente na casa. Eu vi isso como criança. Algumas dessas pessoas continuaram conosco, frequentando minha família.

Há pouco tempo eu comecei a pensar por que eu fui parar na Rocinha e em várias favelas do Rio de Janeiro. Eu acho que foi mais uma vez o acaso. Eu morava nessa rua [rua Guaicurus], que terminava na subida do morro do Fallet.¹ Era uma favela pequena ainda. Para vocês terem uma ideia, esse preconceito com as favelas praticamente não existia. Eu tinha uma babá e minha irmã tinha outra. Elas moravam na favela, no Fallet; minha mãe dizia: “olha, sobe com ele lá pra favela, que lá não passa carro”. Com medo de algum atropelamento na rua Guaicurus, dizia pra gente ir brincar na favela. Olha só... imagina hoje? Apreendi a jogar pião, soltar pipa, tudo com os garotos de lá. Talvez por isso minha familiaridade e minha atração por esses espaços hoje. Então foi o acaso que me empurrou para isso.

A única coisa que não foi por acaso foi eu ter escolhido Arquitetura, porque eu tinha uma influência em casa. Papai foi um grande arquiteto, que frequentava a roda dos maiores arquitetos da época. Na minha casa paravam: Burle Marx, o paisagista; Carlos Leão que era o mentor do meu pai; Ernâni Vasconcelos, muito amigo nosso; Carlos Perry, paisagista; Jorge Moreira, que era chefe de papai no ETUB [Escritório Técnico da Universidade do Brasil], na UFRJ; Ary Garcia Roza e Lucio Costa. Eu tinha passe livre pelos escritórios dessa época, que não eram como hoje, tinham poucos estagiários – eram mais desenhistas antigos. Então não foi por acaso, teve uma influência do meu pai. É verdade que ele não queria que eu fizesse Arquitetura, queria que eu fosse engenheiro. Eu cheguei a me matricular no pré-vestibular de Engenharia, assisti a três aulas e falei: “nem que a vaca tussa!”. Fui fazer Arquitetura.

Thais Velasco (TV):
E profissionalmente,
como foi a sua atuação?

LCT: Também por acaso. Quando eu me formei, foi uma coisa curiosa: estava em plena ditadura e os militares queriam muito organizar a infraestrutura urbana do Brasil, achavam que os prefeitos eram incompetentes e a cidade precisava ser melhor planejada. O planejamento estava muito na cabeça deles. Eles

criaram o SERFHAU [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo], logo depois o BNH [Banco Nacional da Habitação]. O SERFHAU, na época, fez um programa que chamava de Planejamento Integrado; tinham planos de diferentes tamanhos e complexidades; Plano de Desenvolvimento Local Integrado, que compreendia não só a parte física, o Urbanismo, vamos dizer assim, compreendia também a modernização das prefeituras em termos administrativos e, também, compreendia a parte de cadastro técnico — que era importante tanto para o planejamento urbano, que tem os mapas atualizados da cidade e, também, para viabilizar o IPTU que na época era uma das únicas contribuições diretas para o município. Eu entrei nessa linha por acaso, eu sempre gostei de planejamento. Eu virei arquiteto depois. Nessa época eu só pensava em planejamento. Lia muito, sempre li muito, na época lia bem em francês e inglês. Os maiores exemplos de planejamento estavam na Escócia, na Inglaterra, nem tanto nos Estados Unidos; e com Le Corbusier, na Europa.

Trabalhar nessa época era complicado. Pouca gente sabia dessas coisas, mesmo o pessoal que vinha da Europa, pessoas que fizeram cursos na Escócia, por exemplo. Elas chegavam aqui e não conseguiam aplicar, só conseguiam trabalhar com cidades muito grandes, como o Rio de Janeiro. Por exemplo, o Hélio Modesto [urbanista] era um cara de planejamento urbano da prefeitura e tinha formação na Escócia. Ele aqui na cidade foi um cara que trabalhou junto com o Doxiadis.² Mas essas pessoas não estavam preparadas para trabalhar em municípios pequenos. Eu não estava também, mas eu me meti nessa! Assim, recém-formado, eu comecei a trabalhar como consultor. Primeiro como estagiário, me formei e continuei trabalhando como consultor, porque não havia ninguém para fazer consultoria. Eu, analfabeto em planejamento, comecei a trabalhar no 2º Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Brasil! O primeiro foi na Bahia, no município de Feira de Santana. O segundo foi em Petrópolis. Eu comecei a trabalhar no Plano de Petrópolis, como estagiário no último período. Me formei e meu chefe me passou a coordenação.

Eu coordenava gente como o Orlando Valverde, o maior geógrafo do Brasil na época, professores de Heidelberg [Alemanha], professores nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia em Los Angeles [UCLA]. Durante esse trabalho em Petrópolis, comecei também a trabalhar nessa firma [consulto-

¹ O Fallet situa-se no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Conformou-se a partir de um loteamento datado de 1922 (BAGNO, 2015).

² Nos anos 1960, a pedido do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, a equipe do urbanista grego Constantinos Apostolos Doxiadis desenvolveu um Plano de Desenvolvimento Urbano, entregue em 1965.

ria], que cresceu e ganhou várias concorrências. Eu trabalhei, por exemplo, no Plano Diretor de Corumbá, no Relatório Preliminar de Cuiabá, no Plano integrado de Paraty, no Plano Diretor de Porto Suarez, na Bolívia. Durante esse trabalho eu conheci o sociólogo Paulo de Góes, os economistas [Carlos] Antônio Sasse e Eduardo Sena. O Sasse e o Sena eram de Niterói, sabiam muito, pois eram crias do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que fazia planejamento urbano há muito tempo. O mentor dessa turma era o Whitaker,³ que tem um livro importante até hoje. Ficamos juntos lá e resolvemos fazer um escritório: CENPLAN, Centro Técnico de Planejamento. A coisa mais engraçada do mundo, pois essa firma precisava de um lugar para ter o alvará e nós não tínhamos dinheiro nenhum para alugar um escritório, vivíamos de freelancer. O que resolvemos? Vimos um anúncio no jornal de um cara que alugava parte do escritório dele. Tínhamos uma gaveta. Pegamos o alvará e tínhamos um endereço. Compramos uma máquina [de escrever] manual que só foi usada para a primeira proposta que fizemos, para o SERFHAU, do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Barbacena. Ganhamos uma concorrência que hoje seria mais ou menos de uns 4 milhões de reais. Começou o escritório assim. Em cinco anos nós tínhamos dois andares inteiros. Tínhamos uma gráfica própria. Fizemos o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Barbacena e de Humaitá no Amazonas. Fizemos para todo o ABC [São Paulo], fizemos Santo André, São Bernardo, São Caetano, Santos e Campinas, para você ter uma ideia. Fizemos dezenas de projetos.

Quando esse mercado diminuiu, cada um foi cuidar da sua vida. Eu saí do CENPLAN e fundei a APP – Arquitetura Planejamento e Pesquisa. Nessa firma nova, fizemos o Plano Diretor de Camaçari e o polo petroquímico do Sul, o COPESUL. Fizemos o urbanismo todo.

No final da década de 1970, recebi um convite para trabalhar numa empresa da prefeitura, chamava RioPlan, que hoje é o Instituto Pereira Passos (IPP). Eu fui o primeiro diretor técnico do Instituto Pereira Passos quando se chamava RioPlan. Para se ter uma

ideia, eles alugaram uma casa vazia perto do Palácio Guanabara. Eu me lembro de que a primeira cadeira que teve lá era uma cadeira de praia que eu trouxe da minha casa. Nós mesmo construímos a RioPlan no início, e eu fiquei com os projetos que tinham uma pegada muito mais urbanística do que qualquer outra coisa. Na época fizemos os estudos do que é hoje o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos do Centro do Rio de Janeiro). Nessa época, fizemos trabalho em favela também.

Quando o [ex-prefeito Israel] Klabin saiu [1980], um secretário chamado Waldir Garcia [secretário de Planejamento] me levou para ser coordenador de urbanismo da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM).⁴ Aí comecei a trabalhar em escala metropolitana no Rio de Janeiro – até então eu tinha pouco trabalho no Rio de Janeiro, eu trabalhava mais no resto do Brasil, inclusive com o Celso Furtado (fiz muito hospital em Manaus, no Nordeste). Realmente eu tinha uma visão maior da cidade e dos municípios. A FUNDREM tinha um corpo técnico interessante, mas tinha um problema político gigantesco: ela não conseguia reunir os prefeitos por causa de briga política. O Chagas Freitas [presidente da FUNDREM] era amigo de uns, mas não de outros. A FUNDREM não tinha uma entrada política boa. Por isso, quando entrou o Brizola acabou a FUNDREM. Essa mesma turma depois me indicou para o BD/RIO.⁵ Era um órgão um pouco ocioso, eu conheci um cara que era amigo do Brizola e ele foi no BD/RIO com uma ideia que ele tinha de fazer uma feira com kombis. Eu achei a ideia genial e começamos a trabalhar juntos, a iniciativa foi bancada pelo BD/RIO. Eu acordava às 5 horas da manhã para arrumar a feira, no domingo era no Centro de Tradições Nordestinas.

FP: E sua última empresa, a M&T Arquitetura?

LCT: Começamos a trabalhar juntos, eu e o Marcos Mayerhofer. Ele tinha uma entrada na Vale do Rio Doce e ganhamos um concurso enorme por lá. Eu trouxe o Orlando Valverde, que era a praia dele, a Amazônia. Trabalhamos muito durante um ano, eu no BD/RIO, fazendo consultoria com ele. Os trabalhos começaram a ficar grandes demais, eu conver-

³ Francisco Whitaker Ferreira é um arquiteto, político e ativista social brasileiro, oriundo da militância cristã universitária dos anos 1950. Iniciou sua carreira pública junto ao grupo de planejamento do Governador Carvalho Pinto, sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio. Nos anos 1980, assessorou D. Paulo Evaristo Arns na organização das Comunidades Eclesiais de Base. Atuou como líder do governo de Luiza Erundina em São Paulo. Fonte: Instituto de Estudos Avançados da USP. (Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoas/francisco-whitaker-ferreira>. Acesso em 23 mar. 2020).

⁴ A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) foi um órgão estadual, instituído em 1975, como objetivo planejar e coordenar uma política de caráter regional para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁵ Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD/RIO).

sei com ele e decidi sair do BD/RIO. Fizemos uma empresa, a M&T – Mayerhofer e Toledo Arquitetura [1986]. Fizemos um trabalho em 28 cidades-sede de municípios, desde o Maranhão até Carajás, no Pará, ao longo da ferrovia. Projetamos Aracruz, no Espírito Santo, que mexe com celulose. Também trabalhamos com projetos de hospitais. Fizemos o hospital de Saracuruna, em Duque de Caxias/RJ. Eu trouxe profissionais de peso para trabalharem comigo dentro do escritório, como os irmãos Carlos e Roberto Nadalutti, grandes projetistas de hospital.

Pegamos esse trabalho todo, com a firma pronta; três meses depois, com essa quantidade de trabalho, o Marcos viaja no Natal para o Rio Grande do Sul, bate com o carro e morre. Ele foi o grande mentor que eu tive, ele diria o mesmo de mim. Ele era um “fera”, escrevia muito bem. A gente tinha uma sintonia nesse trabalho das cidades. Ele não pegava no lápis, mas escrevia e definia as coisas como ninguém. Na véspera da morte, eu o encontrei na casa dele, conversamos sobre o trabalho, nos despedimos, ele falou pra mim que nunca tinha sido tão feliz com um sócio. Isso era mútuo! Pela M&T Arquitetura eu ganhei dois concursos do Rio Cidade (Rio Cidade Irajá e Méier). Ganhei quatro concursos de Favela-Bairro (Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Vila Mangueiral e Morro do Livramento), além do Plano Diretor da Rocinha. Também, por conta do acaso, fiquei doente. Isso já tem 12 anos. Trabalhei muito na M&T Arquitetura tanto na parte de hospitais como na parte de habitação social.

FP: E como foi sua trajetória acadêmica?

LCT: Fiz mestrado e doutorado tarde. O curioso é que a vida acadêmica não começou aí não, começou muito antes. Com um ano de formado, um professor da FAU-UFRJ, amigo do meu pai, me convidou para dar aulas. Eu comecei a lecionar teoria de Arquitetura e logo depois me chamaram para ensinar planejamento urbano. Eu passei a trabalhar com os arquitetos [Luiz Paulo] Conde, Zé Ricardo [Flores Faria] e Paulo Sá. Trabalhei até me retirar de lá. Nesse momento, já estava dando aula na UERJ, porque eu fui chamado para criar a faculdade de Arquitetura lá, isso há 30 anos! Fui ser chefe do Departamento de Planejamento Urbano e Transporte na UERJ. Nessa época, eu era chefe de departamento e foi criado na UERJ o primeiro curso de pós-graduação de Planejamento Urbano depois do IPPUR. Nesse curso, o Orlando Valverde dava a parte de Geografia, o Luiz Cesar [Ribeiro] dava Planejamento Urbano, o Hermes [Magaalhães Tavares] dava, se não me engano, Planejamento

Regional. Eu que chamei essa turma toda para dar aula lá! Esse curso ficou muito importante, vinham pessoas da América Latina inteira fazer o curso. Não era mestrado, era pós-graduação lato sensu.

Mas olha o acaso também. Eu gostava muito de projetar hospital, estava encantado! Até hoje eu gosto. Comecei a estudar hospital para projetar, mas depois caí num interesse maior pelo projeto. Eu herdei uma biblioteca boa do meu pai, que tinha projetado muito sobre isso. Depois, eu entrei no mestrado de Medicina Social da UERJ, fui muito bem no primeiro trimestre, só que depois eles passaram as disciplinas praticamente para médicos e enfermeiros. Eu fiquei maluco! Hoje o mestrado lá tem uma variante que pega uma vertente de gestão hospitalar que me interessaria. A coisa de medicina social me atraía muito, mas eu interrompi por conta disso. Quando eu fiz o mestrado mesmo [em 2002], me aprofundei e virou um livrinho chamado *Feitos para curar*, que é a história do hospital do século XIX até o século XX. Eu illustrei todo o livro com projetos meus.

TV: E você seguiu estudando esse tema?

LCT: Sim. Depois eu fiz o doutorado [2008]; o título foi *Feitos para cuidar*. O mestrado foi “curar”, no doutorado foi “cuidar”. Eu já doente, com uma doença que não tem cura. Fiz uma revisão do Modernismo, que estava sendo execrado por todo mundo. Eu acho que a humanização da arquitetura é um aspecto do Modernismo, não ao contrário como dizem. A humanização da medicina, que hoje é um tema corrente, veio com os primeiros hospitais modernos. A humanização da prática de saúde veio muito da maneira que o Modernismo encarava essa questão. Orientando bem os edifícios, colocando *brise-soleil* onde tinha que colocar, fazendo a ventilação, a iluminação. Esses cuidados são do Modernismo. A turma começava a falar que era uma coisa mais fria, não era legal. Havia uma crítica enorme ao Modernismo, aí nesse livro eu faço uma defesa apontando que os cuidados do Modernismo eram atuais no debate de humanização de hospital. Nessa época, a Luciana Lago [professora do NIDES/UFRJ] bateu um papo comigo sobre a apostila que ela sabia que eu tinha feito para ensinar urbanismo para os engenheiros. Ela sabia que eu tinha usado isso na Rocinha, porque eu dei aula lá sobre evolução urbana. Sobre história das cidades. Dei essas aulas na Rocinha para os moradores na época do plano diretor. Ela, sabendo disso, falou: “vamos organizar esse material de novo. Vamos recuperar isso!” Eu estava muito doente já nessa época. Não sabia como fazer isso. Ela disse: “eu vou arranjar uma pessoa para

te ajudar. Você dá aula para ela aí na sua casa uma vez por semana, ela anota tudo. Você não vai ter nenhum trabalho.” E fizemos muito mais do que isso. Fizemos a tal apostila e preparamos aula por aula as apresentações que eu usei muito com os meus alunos na UERJ durante muito tempo e que ficaram disponíveis no site com o objetivo de formar também lideranças populares nessa discussão de urbanismo. Quando eu falava de Grécia, eu discutia o crescimento urbano. A limitação do crescimento, por exemplo. Eu trazia os problemas atuais para estudar a história das cidades. Ficou bom, devia publicar. Desenhei a mão todas as capas dos capítulos da apostila.

Como minha última aventura acadêmica, eu criei a Casa de Estudos Urbanos [2017] com um grupo de jovens que eu imaginava que seria uma república de ideias, de produção de ideias. Não foi adiante, mas eu acho que a Casa de Estudos Urbanos foi um experimento acadêmico. Agora, um que eu tenho até hoje é o Rocinha que Queremos, que é um curso que eu venho dando há quase dois na Rocinha. É um curso de Urbanismo com os moradores. E agora deu um *boom*. A última aula tinha umas trinta pessoas, muitas lideranças da Rocinha estavam lá.

FP: E a sua aproximação com a Rocinha, como foi?

A Rocinha é diferente. A Rocinha... eu estava começando a ficar doente, quando nós ganhamos o plano diretor. O concurso era de ideias para urbanização da Rocinha [2006]. Ali eu fiquei livre para fazer. Alguns anos antes disso, eu fazia Rio-Cidade,⁶ tinha feito o do Méier, o de Irajá e o da Via Suburbana. Nessa época era o auge da M&T Arquitetura, era uma firma grande, chegamos a ter noventa pessoas fazendo planos diretores na região da Serra de Carajás, entre elas o plano diretor de Parauapebas. Estava recém-inaugurado o Rio-Cidade Méier, já tinha feito a obra. Um dia minha secretária entra na minha sala e diz que tinha um pessoal querendo falar comigo. A minha secretária achou estranho, porque o escritório era frequentado por políticos importantes e arquitetos. Esse não era um grupo de engratados, eram mais despojados. Um deles se apresentou: Jorge Mamão. Tinha sido um administrador regional da Rocinha, que é a 16ª Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, uma mulher se apre-

sentou, era presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPPMR), que era uma associação grande de moradores da Rocinha. Junto a ela, outros dois diretores. Eles disseram:

— Nós viemos aqui porque a Rocinha está muito feia. Existe um recurso do PROSANEAR que está botando esgoto e água lá, mas nós queríamos um arquiteto que desenhasse algumas coisas bonitas, que nós vamos apresentar ao governo para tentar algumas obras de melhoria da favela além do esgoto.

Eu respondi:

— Olha, eu não sou o cara para fazer isso, eu trabalho mais com projetos grandes, regionais, com planejamento, eu trabalho mais com isso. Mas, olha, acabou de ter um concurso, o Favela-Bairro... vários dos arquitetos ganhadores, que entendem muito de favela, são meus amigos, eu posso dar o telefone deles.

A mulher, irreverente, virou-se para mim e falou:

— É preconceito, é?

— Não, não. É que realmente não é a minha praia, eu não estou acostumado a trabalhar com isso.

— Quer dizer que o senhor está me recomendando um arquiteto de favela? Nós queremos um arquiteto de asfalto.

Isso foi incrível! Arquiteto do asfalto. Respondi:

— Do asfalto, sou eu.

Ela emendou:

— Nós estamos vindo lá do Méier, achamos aquilo lá uma belezura. Nós queremos que o senhor faça o mesmo na Rocinha.

— Tá bom, então tá bom — respondi.

Eu ia nessa época para o meu sítio lá em Guaratiba. Eu passava o sábado na Rocinha passeando com eles. Aí esse mesmo grupo que tinha ido lá no escritório me levava num canto e dizia:

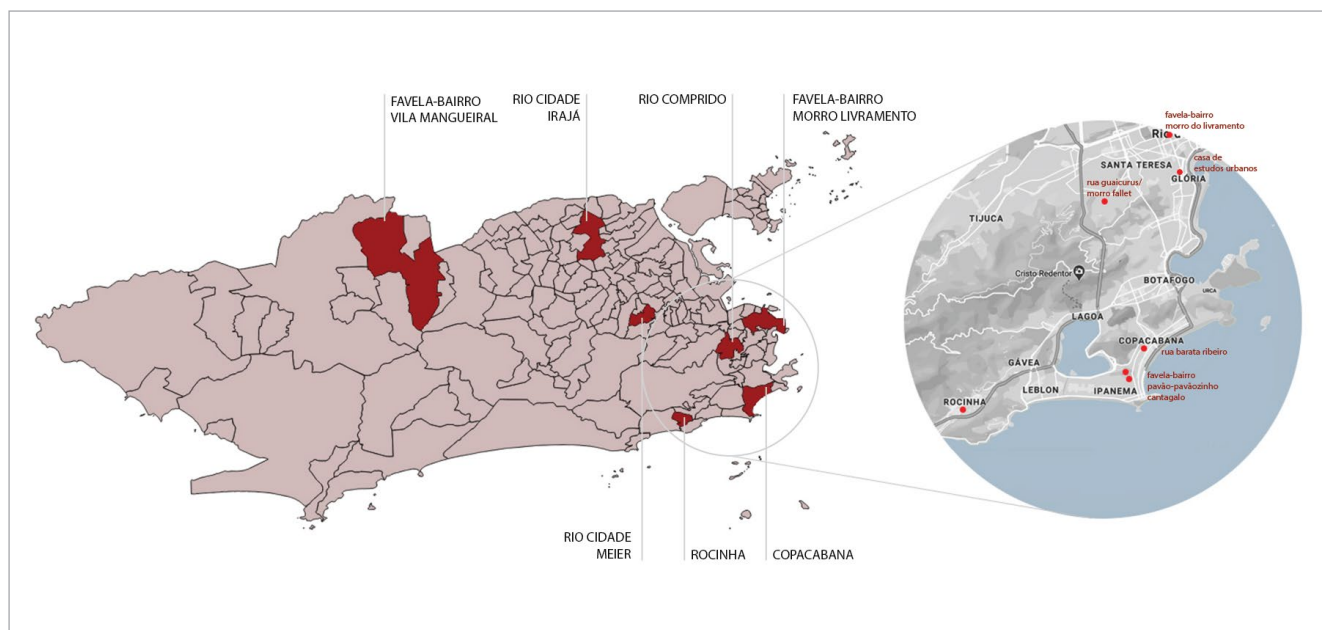
— Aqui nós queremos resolver esse problema do lixo.

Aí eu desenhava um negócio. Eles diziam:

— Não, tá uma porcaria! Pensa mais, pensa mais!

Eu ia fazendo o que eles queriam, em vários lugares. Isso durou uns três ou quatro meses. Todo sábado eu ia para lá, não ganhava nada. Tomava uma cerveja, via o movimento e desenhava para eles essas coisas. Bom, um dia, depois de uns três meses lá, estava começando a entender um pouco as coisas. Era um sábado de sol, tinha dado uma praia formidável. Eu estava descendo a Estrada da Gávea (eu largava o carro lá embaixo, porque lá em cima não dava para estacionar), olhando o pessoal nas lajes. As pessoas ficavam tomando banho de sol, com as banheiras de plástico que enchiam para tomar banho. As crianças soltando pipa, churrasquinho de laje e o cara estendendo roupa. Eu pensava: puxa, que vida que têm

⁶ O Rio-Cidade constituiu um dos projetos incluídos no Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, elaborado durante a administração municipal do Prefeito César Maia, entre os anos 1993 e 1996. O Rio-Cidade foi dividido em duas fases (I e II) e abrangeu aproximadamente trinta pontos da cidade.



essas lajes! Incrível essa falta de área plana na Rocinha. Na semana anterior tinha morrido uma menina atropelada na travessia para o CIEP, porque ninguém tinha paciência de usar a passarela. Eu vinha descendo impressionado com isso. Quando eu olhei lá para baixo eu vi direitinho uma laje vinda do túnel até a passarela que existia na época. Eu vi aquilo e pensei: “caramba, podia resolver muita coisa com isso.” Cheguei em casa e desenhei essa ideia. Liguei para o [ex-prefeito Luiz Paulo] Conde, que era meu amigo da faculdade e dava aula comigo. Falei que tinha tido uma ideia e perguntei se poderia mostrar a ele. Ele disse: “claro, vem aqui [na prefeitura].” Eu fui lá. Nunca me esqueci. Eu mostrei para ele o desenho. Ele disse: “isso é ótimo, vamos fazer isso.” Aí eu desenvolvi com a Secretaria de Habitação essa ideia da Vila Olímpica, essa grande laje. Desenvolvi também os complementares, a parte de estrutura, as instalações. Para desenvolver o projeto, o Sérgio Magalhães, que era secretário na época, queria que eu fizesse em um mês. Eu disse para ele que a parte de estrutura eu faria em um mês, mas para saber o que eu ia botar em cima da laje tinha que discutir com a turma. Era difícil de agradar eles. Eu levaria mais tempo. Peguei o Jorge Mamão a tiracolo, fomos para a sede da Região Administrativa, junto com os moradores e os grupos que praticavam esportes na Rocinha. Os que faziam judô, jiu-jítsu, surfe, toda essa turma de esporte me procurava lá querendo espaço na laje. Chegou até o pessoal da cultura querendo espaço. Eu falava: “caramba, em vez de 200 metros, eu vou ter que ir com

essa laje até o próximo túnel para ter tudo que vocês querem.” O que eu me orgulho desse projeto — um projeto como outro qualquer — é que cada coisa que está ali foi decidida em reunião com eles. Na época a diretoria do BNDES me procurou, porque queriam organizar a vila com patrocínio das empresas que tinham projeto no BNDES. A coisa ia funcionar com patrocínio de empresa, seria uma coisa de louco, né? O Conde então perdeu a eleição e entrou o César Maia. Na primeira semana de governo do César Maia ele implodiu o projeto da Vila Olímpica da Rocinha. Eram 200 metros por 30 metros. Tinha uma ligação direta com o CIEP da Rocinha, os alunos poderiam subir para a Vila Olímpica naquela parede de escada. Era toda transada. César Maia implodiu o negócio, eu fiquei doente uma semana em casa, com febre, doente com a decepção. Jurei que não botava mais os pés na Rocinha. Uns quatro ou cinco anos depois surgiu o concurso da Rocinha, eu não ia entrar. Aí um colega que fazia legislação urbanística dos meus planos diretores me convidou e me apresentou ao PC e ao Ediglê, que eram dois moradores da favela. Eles me seduziram para entrar e a gente ganhou o concurso.

FP: “A favela como parte integrante da cidade não deve ser tratada separadamente, nem ser problematizada sem considerar sua potência”. Você pode falar um pouco sobre o que entende como

potência a partir da sua experiência profissional na Rocinha e como isso pode contribuir para a construção de cidades mais democráticas?

LCT: Essa ideia de potência nesse sentido não é minha. É do Jailson de Souza e Silva, da Maré. Na sua tese de doutorado, há anos, diz que todos que estudavam favela analisavam tudo que a favela não tinha, ou seja, o que faltava na favela. Ele dizia que ninguém imaginava a potência da favela, no sentido de integrar seus habitantes à vida na cidade. Em um texto que eu escrevi para o folheto da Rocinha, eu falo que é impressionante que em, duas gerações, a Rocinha formou gente que trabalhava com a enxada em pessoas que hoje estão dentro da universidade. Eu entendo a favela como uma plataforma de transformação, de impulsionar as pessoas a integrar-se na vida da cidade. Por exemplo, o cara que vinha e plantava mandioca vai para o canteiro de obra como servente, vira mestre de obra e, em alguns anos, está construindo formalmente nas empresas e informalmente na favela. Sai de uma casa de madeira, barraco de madeira, para uma casa de concreto e tijolo. Esse é o papel da favela. São plataformas especiais que deviam ser usadas exatamente nesse sentido. Se o governo tivesse um pouco de noção das coisas poderia usar as favelas como plataforma de integração dos mais pobres. Estamos falando dos pobres. Não é que pobre só mora em favela, não. É usar isso, essa lógica que existe na favela, para promover uma cidade menos desigual, mais solidária. Não é nem pela periferia, é começar com essas favelas.

FP: No texto “Uma estratégia de combate à desigualdade a partir da urbanização das favelas e de seu entorno”, o senhor propõe a criação de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no entorno da Rocinha e de outras favelas. Você poderia falar um pouco sobre essa ideia e como acredita que pode contribuir na redução da desigualdade socioespacial?

LCT: Eu estou assustado com a quantidade de pessoas que serão removidas [pelo Programa Comunidade Cidade] e com a quantidade de novas unidades que é possível produzir na Rocinha. Primeiro, porque isso irá exigir do Governo do Estado, além da aplicação de um grande montante de recursos na construção das novas moradias, uma firme vontade política de enfrentar esse problema. Em segundo lugar, acho

difícil construir 2.400 unidades habitacionais na Rocinha em função da topografia e, principalmente, diante da elevada ocupação do solo existente. Nossa equipe chegou a esse número aplicando índices de aproveitamento em 18 terrenos da favela, portanto, é um número, como já disse, difícil de alcançar. Meu palpite é que conseguiremos projetar, no máximo, 1.500 unidades na Rocinha, e entre a favela e São Conrado. Isso se a grita dos moradores desse bairro permitir.

Sobre as franjas: nas franjas da Rocinha, assim como em outras favelas, podemos pensar isso. Por exemplo, na Maré, do outro lado da Av. Brasil, poderiam ser feitas desapropriações para a construção de apartamentos verticalizados. Nesses apartamentos, poderia realocar o pessoal que mora em áreas de risco na Maré. Essa franja possui uma conexão enorme com a Maré. A grande jogada seria fazer algumas coisas que atravessassem a Av. Brasil, fazendo uma conexão maior entre a favela e o outro lado. Esse outro lado pode ser aproveitado para requalificação de edifícios, dá para fazer prédios mais altos. Uma série de coisas que são mais complicadas de fazer dentro da Maré por diversas questões. Na franja da Rocinha voltada para São Conrado, mas também na franja voltada para a Gávea, há alguma possibilidade de fazer parte dessas novas unidades que estão querendo. Eu vejo essas unidades como um elemento mais didático. Uma transição entre a favela e a cidade para aproximar em termos urbanísticos e de arquitetura uma coisa com a outra. Por exemplo, eu projetei recentemente um prédio de tijolo aparente. É uma linguagem da favela num prédio que não faz vergonha nenhuma perto daqueles envidraçados. O material desse prédio não é o granito nem o mármore de São Conrado, é um material muito mais contemporâneo. Eu quero que São Conrado fique velho em relação a essa franja. Uma arquitetura que bebe no que acontece na favela.

TV: E como pensar os espaços públicos e de circulação nesse contexto?

LCT: Nesse edifício que eu projetei, as escadas e os corredores reproduzem as escadas e os becos da Rocinha, só que são bem ventilados, as escadas projetadas seguindo as normas e afastamento que o corpo de bombeiro exige. Por exemplo, o cara vai descendo lá de cima da Rocinha para pegar o metrô; antes disso precisa passar no cabeleireiro e depois passar no armazém para comprar algo para levar. A trama viária da Rocinha é tão complexa que você pode escolher

vários trajetos para chegar de um ponto ao outro. A circulação do prédio reproduz essa complexidade. Outra coisa, eu não queria de forma nenhuma que o edifício pudesse ser fechado e virasse um condomínio. Então tem um pavimento que é de uso público, tem uma praça dentro do pavimento que é uma praça da Rocinha, não só do prédio. Com vários elementos que atraem moradores da favela, não só do prédio, então não pode virar condomínio. Você aprende que o que a favela tem de potência, tem de solidariedade. Do cara que vive do lado do outro, sabe quem é o vizinho. Na Rocinha, se morrer um cara todo mundo vai ao enterro, é outra história. Essa é a potência que a favela tem, e eu queria que essa potência contaminasse um pouco a cidade, para ter uma mediação. Isso você não pensa que é coisa de socialista utópico, não. É a única solução. A única solução para uma

cidade que a gente possa viver. Viver com os nossos netos, com os netos dos nossos netos. É uma cidade mais solidária, sem tanta diferença entre classes. Não há jeito.

REFERÊNCIAS

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaf/francisco-whitaker-ferreira>. Acesso em 19 de março de 2020.

BAGNO, S.; PEREIRA SILVA, S.; PINTO, D. Fala Fallet: As memórias de um grupo de idosos de uma favela em Santa Teresa, Rio de Janeiro. In: **CIDADES, Comunidades e Territórios**. v. 30, p. 91-102, 2015. ■